

## PARECER JURÍDICO N° 90/2026-PGM

**Processo n°:** 4503/2025

**Órgãos interessados:** Secretaria Municipal de Educação

**Assunto:** Parecer prévio de processo licitatório

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PARECER JURÍDICO PRÉVIO. MODALIDADE PREGÃO. FORMA ELETRÔNICA. CRITÉRIO DE JULGAMENTO PELO MENOR PREÇO. Objetivando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais, incluindo franquia de bagagens, serviços de reserva, emissão e marcação, remarcação e cancelamento, endosso e fornecimento de passagens e traslado ida e volta do aeroporto de Goiânia/GO para Gramado/RS. Parecer opinativo pelo prosseguimento do processo, **com recomendações**.

### I. RELATÓRIO

Em primeiro lugar, cumpre destacar que os autos foram encaminhados a esta assessoria jurídica pelo Pregoeiro, por meio do despacho de folhas 216, com a solicitação de análise e emissão de parecer jurídico quanto à regularidade do procedimento e ao cumprimento dos requisitos legais e formais aplicáveis.

Trata-se, na espécie, de procedimento licitatório na modalidade *pregão eletrônico*, visando a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de agenciamento de passagens aéreas nacionais, incluindo franquia de bagagens, serviços de reserva, emissão e marcação, remarcação e cancelamento, endosso e fornecimento de passagens e traslado ida e volta do aeroporto de Goiânia/GO para Gramado/RS, no valor estimado de R\$ 123.601,96 (cento e vinte e três mil, seiscentos e um reais e noventa e seis centavos), conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Para análise do processo licitatório, tem-se que verificar se o procedimento foi instruído em conformidade com o artigo 18, da Lei Federal n° 14.133, de 1° de abril de 2021, como se passa analisar:

| DESCRIPTIVO   | Atende plenamente a exigência? | Local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.) |
|---|--------------------------------|---|
| 1. Capa do processo   | Sim                            | 01  |
| 2. Pedido de compras instrumentalizado no sistema estruturante de tecnologia da informação utilizado para execução orçamentária | Sim                            | 117   |
| 3. Documento de Formalização da Demanda - DFD   | Sim                            | 9   |
| 4. Estudo Técnico Preliminar - ETP e seus documentos complementares   | Sim                            | 11/23   |
| 5. Mapa de Gerenciamento de Riscos  | Sim                            | 148 a 153   |
| 6. Termo de Referência  | Sim                            | 121/129   |
| 7. Cotações de Preços   | Sim                            | 50/113 e 141  |
| 8. Normativa utilizada para a realização da pesquisa de preços  | Sim                            | Decreto Municipal n° 1.194/2022                                 |

| DESCRIPTIVO  | Atende plenamente a exigência? | Local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls.) |
|--|--------------------------------|---|
| <p><i>Obs. 1: Estimativa de despesa, que deverá ser calculada estabelecida a partir do procedimento de pesquisa de preços, conforme prevê o art. 23 da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos;</i></p> <p><i>Obs. 2: Para a aquisição de bens e serviços comuns, deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 1.194, de 2022;</i></p> <p><i>Obs.: 3: Para a contratação de serviços de engenharia e de obras, deverá ser observado o disposto no Decreto Municipal nº 1.197, de 2022.</i></p> |                                | (aquisição de bens e serviços)                                  |
| 9. Certidão Orçamentária (Previsão de adequação com o PPA, com a LDO, com a LOA e com o PCA)   | Sim                            | 131   |
| 10. Mapa de Cotação  | Sim                            | 119   |
| 11. Decretos/ portarias de nomeação/designação de servidores   | Sim                            | 155/157   |
| 12. Minuta de edital   | Sim                            | 169/193   |
| 13. Minuta de Contrato   | Sim                            | 206/215   |
| 13. Despacho do Dep. Licitação   | Sim                            | 216   |

Por fim, os autos foram distribuídos ao procurador signatário para análise e emissão de parecer jurídico prévio, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

É o relatório. Segue a manifestação jurídica.

## II. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

### II.1. Finalidade e abrangência do parecer jurídico

Destaca-se que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até o presente momento, nos autos do procedimento administrativo em epígrafe.

Com efeito, à luz do art. 8º, inciso III, da Lei Complementar Municipal nº 246, de 2 de janeiro 2025 (que dispõe sobre a estrutura Administrativa do Poder Executivo, no âmbito do Município de Itumbiara), incumbe a este órgão assessoramento emitir pareceres sob o prisma estritamente jurídico. Nesse sentido, não lhe compete adentrar no mérito de conveniência e oportunidade dos atos praticados, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

É que cabe ao gestor da pasta decidir se os elementos inclusos nos autos atendem ao interesse público e aos princípios constitucionais da Administração Pública<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Boa Prática Consultiva – BPC. Enunciado nº 07: O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo



De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo (inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado) tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão ou entidade, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

Sendo assim, o escopo desta manifestação jurídica é orientar o gestor público quanto às exigências legais para a prática do ato administrativo sob o aspecto jurídico-formal<sup>2</sup>.

Isso porque foge à competência legal desta Procuradoria examinar aspectos técnicos, orçamentários, conveniência, oportunidade e mérito, inclusive a veracidade das declarações e dos documentos carreados aos autos<sup>3</sup> aos quais este parecer será incluso.

Portanto, o parecer se abstém de emitir juízo valorativo a esse respeito, reconhecendo que os atos ocorridos são inerentes à denominada fase interna da licitação, realizando apenas o controle prévio de legalidade, conforme estabelecido no artigo 53, § 1º, incisos I e II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021<sup>4</sup>.

## **II.2. Justificativa da contratação**

Quanto à justificativa da contratação, consta do Documento de Formalização de Demanda – DFD, a autorização da autoridade máxima do órgão ou entidade. Portanto, não cabe ao órgão de assessoramento jurídico adentrar o mérito, decisão de conveniência e oportunidade das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais.

Cabe demonstrar que a Secretaria demandante apresentou a seguinte justificativa da contratação:

“A Secretaria Municipal de Educação do Município de Itumbiara. Estado de Goiás, é responsável por promover a

discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

<sup>2</sup> Boa Prática Consultiva. Enunciado 05: “Não é função do Órgão Consultivo, após expressar seu juízo conclusivo de aprovação acerca das minutas de editais e contratos, em cada caso concreto, pronunciar-se, posteriormente, para fiscalizar o cumprimento das recomendações ofertadas. Sempre que necessário, o conteúdo de alteração de cláusulas editalícias ou contratuais deve ser sugerida pelo Advogado Público”.

<sup>3</sup> “[...] Os atos administrativos gozam de presunção de legalidade e veracidade. Só prova em contrário poderá afetar a eficácia. [...]” BRASIL. STJ. ROMS 8628/MG, da Sexta Turma. Rel. Min. Luiz Vicente Cernicchiaro. Julgado em 18/08/1998. Publicado no DJU, de 21/09/1998. p. 232.

<sup>4</sup> Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 53: “Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação. § 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá: I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade; II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;”.



qualificação contínua dos coordenadores e gestores lotados nesta Secretaria, oferecendo meios para a participação em cursos, treinamentos e eventos ao longo do ano.

A presente contratação se justifica pela necessidade de prover os meios de deslocamento e locomoção dos referidos coordenadores e gestores, a fim de viabilizar sua participação no Conect - Congresso da Educação, que será realizado na cidade de Gramado/RS.”

Como se sabe, o papel do órgão de assessoramento jurídico é recomendar que tal justificativa seja a mais completa possível, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos.

Outrossim, o gestor deverá sempre tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações apresentadas correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

### ***II.3. Da adequação da modalidade licitatória eleita***

No que concerne à adequação da modalidade, doutrina e jurisprudência caminham na mesma direção, reconhecendo certa discricionariedade do ente licitante para aferir, no caso concreto, que os bens ou serviços que se visa contratar são, efetivamente comuns cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais no mercado, como prevê o art. 29, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Postas as premissas acima, verifica-se que a documentação constante dos autos, especificamente o Termo de Referência - TR e o Estudo Técnico Preliminar - ETP (item 1.2 do TR, folha 122, e item 2.2.1 do ETP, folha 12), remete ao objeto como sendo serviço de natureza comum no mercado, ou seja, a adoção da modalidade eleita pelo Pregoeiro é adequada para o presente caso.

Por fim, é importante destacar que a modalidade escolhida é a que melhor atende a realidade do presente feito, qual seja, o pregão, na sua forma eletrônica, uma vez que amplia o número de interessados em participar do certame e proporciona maior competitividade entre eles e maior economicidade para a administração pública, de acordo com o Decreto Municipal nº 792, de 2022.

## **III. DOS DOCUMENTOS QUE INSTRUEM OS AUTOS**

### ***III.1. Dos instrumentos padronizados que devem ser utilizados***

Para a realização da presente licitação, foram padronizados os artefatos de planejamento, que deverão ser observados pelos agentes de planejamento e de contratação.

*[Handwritten signature]*

Deverão ser utilizados as minutas-padrão dos seguintes documentos: (i) Documento de Formalização de Demanda - DFD; (ii) Estudo Técnico Preliminar – ETP; (iii) Mapa de Gerenciamento de Riscos – MGR; (iv) Termo de Referência - TR; (v) minuta de contrato; e (vi) edital.

Note que a Comissão Permanente de Contratações encaminhou o processo instruído com os documentos padronizados por este órgão de assessoramento jurídico.

### **III.2. Do planejamento das contratações**

A Lei Federal nº 14.133, de 2021, estabeleceu que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual – PCA de que trata o inciso VII do *caput* do art. 12 da referida lei (e o art. 4º do Decreto Municipal nº 45, de 2024<sup>5</sup>) e com as leis orçamentárias, bem como deve abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, conforme previsto no art. 18<sup>6</sup>.

Uma vez identificada a necessidade que antecede o pedido realizado, pode-se então buscar soluções disponíveis no mercado para atender a demanda do órgão ou entidade requisitante, que inclusive pode se diferenciar do pedido inicial.

<sup>5</sup> Decreto Municipal nº 45, de 2024, art. 4º: “O Município de Itumbiara deverá elaborar o Plano de Contratações Anual – PCA, com o objetivo de racionalizar as contratações dos seus órgãos e entidades, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias, de acordo com o Decreto Municipal nº 1.064, de 2022. Parágrafo único. O planejamento das licitações e contratações do Município de Itumbiara deverá respeitar as previsões das leis orçamentárias e do Plano de Contratações Anual – PCA”.

<sup>6</sup> Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 18: “A fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do *caput* do art. 12 desta Lei, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos: I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido; II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso; III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento; IV - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação; V - a elaboração do edital de licitação; VI - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação; VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala; VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto; IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio; X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual; XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 desta Lei”.

*Dele*

Encontrada a melhor solução, caso disponível mais de uma, aí sim inicia-se a etapa de estudá-la, para o fim de definir o objeto licitatório e todos os seus contornos.

*Em linhas gerais, a instrução do processo de contratação deve revelar esse encadeamento lógico, partindo-se do preenchimento do Documento de Formalização da Demanda – DFD (que apresenta o problema a ser solucionado e a justificativa), passando pelo Estudo Técnico Preliminar – ETP, pelo Mapa de Gerenciamento de Riscos – MGR e pelo Termo de Referência – TR, pela pesquisa de preços (com a justificativa do seu processamento), para, posteriormente, a publicação do edital.*

### **III.2.1. Do Documento de Formalização da Demanda - DFD**

O Documento de Formalização da Demanda – DFD, presente na folha 9 dos autos, é o documento obrigatório para o início dos trabalhos pertinentes ao início da fase interna da licitação, conforme se extrai do inciso VII do art. 12 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Impende destacar que, segundo o art. 21 do Decreto Municipal nº 45, de 2024<sup>7</sup>, é o instrumento hábil a ensejar a formalização do pedido inicial para abertura do processo de contratação e deve informar os elementos essenciais para individuar o objeto a ser contratado, a justificativa da contratação e a dotação a ser utilizada para serem realizadas as despesas.

Ademais, consoante dispõe o parágrafo único do mesmo dispositivo, o modelo de DFD encontra-se padronizado no Anexo I do Decreto Municipal nº 338, de 2023<sup>8</sup>, e deverá ser seguido e preenchido pelos agentes públicos encarregados do planejamento das contratações e ratificado pela autoridade máxima do órgão ou da entidade da Administração Pública Municipal.

No caso em tela, constata-se presente o DFD encontra-se preenchido pelo órgão demandante no modelo padronizado pelo Município em ato administrativo próprio, razão pela qual, encontra-se em conformidade com as diretrizes apontadas pela Administração Pública Municipal.

### **III.2.2. Estudo Técnico Preliminar – ETP**

No presente caso, os servidores da área técnica e requisitante ou a equipe de planejamento da contratação elaboram o estudo técnico preliminar. Apesar de se

<sup>7</sup> BRASIL. Decreto Municipal nº 45, de 2024. Regulamenta o procedimento das licitações e contratações públicas a que se refere a Lei Federal nº 14.133, de 2021, no âmbito do Município de Itumbiara, Estado de Goiás. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/go/i/itumbiara/decreto/2024/5/45/decreto-n-45-2024-regulamenta-o-procedimento-das-licitacoes-e-contratacoes-publicas-a-que-se-refere-a-lei-federal-n-14133-de-2021-no-ambito-do-municipio-de-itumbiara-estado-de-goias?q=DECRETO+45>.

<sup>8</sup> BRASIL. Decreto Municipal nº 338, de 2023. Dispõe sobre o marco temporal e o procedimento de transição entre as Leis Federais nº 8.666, 1993 e nº 10.520, de 2002 e a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e as Leis Federais nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 10.520, de 17 de julho de 2002, no âmbito do Município de Itumbiara, Estado de Goiás. Disponível em: <file:///C:/Users/Usuario/Downloads/3c925f3422795b3220021939eaba8b15.pdf>.

tratar de documento extremamente técnico, cuja avaliação cabe, em última instância, ao próprio órgão assistido, ele aparentemente contém as previsões necessárias, relacionadas no art. 18, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

O ETP da contratação deve conter, de forma fundamentada, a descrição da necessidade da contratação, com especial atenção à demonstração do interesse público envolvido.

Também é preciso que sejam abordadas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação.

Por sua vez, o artigo 18, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, apresenta os elementos que devem ser considerados na elaboração do ETP:

§1º O estudo técnico preliminar a que se refere o inciso I do *caput* deste artigo deverá evidenciar o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:

I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

II - demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

III - requisitos da contratação;

IV - estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;

VI - estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;

VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação;



IX - demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

X - providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

XI - contratações correlatas e/ou interdependentes;

XII - descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável;

XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

É certo que o ETP deve conter ao menos os elementos previstos nos incisos I, IV, VI, VIII e XIII, acima, conforme expressamente exigido pelo § 2º da referida norma.

Além das exigências da Lei Federal nº 14.133, de 2022, deve a Administração observar as disposições contidas nos arts. 22 e 23, ambos do Decreto Municipal nº 45, de 2024.

A identificação da necessidade da contratação é o primeiro aspecto a ser abordado em um estudo técnico preliminar, justamente para permitir a reflexão sobre os motivos pelos quais determinada contratação foi solicitada, investigando assim qual a necessidade final a ser atendida, que pode inclusive ser distinta a depender da finalidade do órgão ou entidade, ainda que o objeto indicado pelo setor requisitante seja o mesmo.

Constata-se que o primeiro requisito do Estudo Técnico Preliminar (ETP) foi atendido, mediante a adequada descrição da necessidade que fundamenta a contratação pretendida (item 1). Veja-se a seguinte passagem do ETP que resume o objetivo da administração com o ajuste almejado:

1.2 A participação em eventos de formação e atualização técnica, como o CONET - Congresso Educação para Transformação 2026, possibilita o acesso a práticas pedagógicas inovadoras, metodologias de gestão educacional e experiências exitosas adotadas por outras redes de ensino, promovendo o aprimoramento das competências técnicas e gerenciais dos servidores

Uma vez identificada a necessidade administrativa, o próximo passo é buscar soluções que tenham o potencial de atendê-la. Não se trata, portanto, de realizar estimativa de preços, e sim estudar as práticas do mercado e de outros órgãos



e entidades públicas, a fim de verificar se existe alguma outra solução para atender a necessidade administrativa ou então novas metodologias de execução e/ou contratação que gerem ganhos de produtividade ou economia para a Administração.

O art. 44 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, determina que a Administração promova a avaliação dos custos e benefícios das opções de compra e locação de bens, quando ambas as soluções foram viáveis, de modo a indicar a alternativa que se revelou mais vantajosa no caso concreto. Neste ponto, ressalte-se que a vantajosidade deve considerar o ciclo de vida do objeto, nos termos dos artigos 11, inciso I e 18, inciso VIII, da mesma lei.

Assim, essa prospecção e avaliação deverá ser realizada, ainda que leve à conclusão de que as metodologias já tradicionalmente empregadas em contratações anteriores são as mais aptas à satisfação da necessidade administrativa. Seja qual for a solução adotada, sua escolha deve ser expressamente motivada nos autos.

Diante do exposto, verifica-se que, no caso em análise, a Secretaria demandante identificou que a contratação do serviço via pregão é a mais adequada, considerando tratar de fornecimento pontual de passagens áreas e traslado (item 3). O trecho a seguir explicita de forma resumido esse ponto.

3.3 Foram identificadas as seguintes contratações em outros órgãos ou entidades da administração pública:

3.3.1 Alternativa 1: Compra Direta de passagens - inviável, devido o valor orçado ser acima do previsto para compra direta na Lei 14.133, de 1º de abril de 2021.

3.3.2 Alternativa 2: Credenciamento das empresas de transporte aéreo regular, doravante denominadas credenciadas, para o fornecimento de passagens em linhas aéreas regulares domésticas e internacionais, sem o intermédio de agência de viagens e turismo, para fins de transporte de empregados ou colaboradores em eventuais viagens a serviço - inviável, devido a compra ser realizada somente uma vez, e específica para o evento que o grupo gestor irá participar.

3.3.3 Alternativa 3 Passagem terrestre - inviável, devido a distância ser de 1.793km a viagem seria muito demorada, cansativa, a dificuldade do quantitativo de passagem que atendesse o grupo, uma vez que as empresas de ônibus têm diminuído as rotas.

3.4 Alternativa escolhida Pregão Eletrônico - Contratação agenciamento de viagens, viável conforme pesquisa feita:

Uma vez investigada a necessidade administrativa que origina o pedido de contratação e depois de encontrada a solução mais adequada para atendê-la, a Administração passará então a se diferenciar dos particulares em geral porque deverá então descrever referida solução, convertendo-a no objeto licitatório. A finalidade principal desta etapa é propiciar que a própria Administração incremente seus conhecimentos sobre o objeto, distinguindo suas características principais, para então, por meio da descrição, possibilitar que todos os fornecedores da solução escolhida venham a saber do interesse administrativo em uma futura contratação.

*Dele*

Bem por isso, o aumento do nível de detalhamento da especificação do objeto influi inversamente no universo de fornecedores aptos a atender à demanda, reduzindo-o. Consequentemente, a caracterização excessivamente pormenorizada poderá conduzir a um único ou nenhum fornecedor, ao passo que a especificação por demais genérica ou singela poderá ampliar as opções no mercado, porém para objeto cujas características não atendam plenamente às necessidades efetivas da Administração, frustrando a finalidade da contratação.

De acordo com o art. 18, *caput*, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, a fase de planejamento deve abordar todas as *considerações técnicas, mercadológicas e de gestão* que podem interferir na contratação, sendo certo que a definição do objeto, modelo de execução e gestão do contrato devem levar em consideração cada um desses aspectos.

No que tange às considerações técnicas, a especificação do objeto deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, quanto a requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança, nos termos do art. 1º da Lei nº 4.150, de 1962.

Portanto, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários, que possam limitar a competição indevidamente.

*Em relação a esse tópico, os requisitos da contratação estão delineados, principalmente, no item 2 do ETP.*

Uma vez definido o objeto licitatório, a Administração deve estimar, de forma clara e precisa, o quantitativo demandado para o atendimento da necessidade administrativa por meio daquela solução escolhida. Evidentemente, a própria escolha da solução pode ter sido influenciada por esse dimensionamento, mas naquele momento os cálculos podem ter sido efetuados de maneira aproximada, apenas para subsidiar a decisão entre as opções disponíveis.

Deve-se ressaltar que não compete a esta unidade jurídica adentrar em questões técnicas, apenas apontar que o processo necessariamente contenha os esclarecimentos acerca da metodologia utilizada para a previsão idônea dos quantitativos estimados para a licitação e verificar se há suporte documental coerente com aquele que é exigido pela legislação para a fase interna da licitação.

*No presente caso, foi justificado que a estimativa foi elaborada considerando o número de agentes públicos que participarão do evento em Gramado/RS, consoante item 5.*

Via de regra, as aquisições da Administração Pública devem atender ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e

*[Assinatura]*

economicamente vantajoso, conforme artigo 40, inciso V, alínea “b”, da Lei Federal nº 14.133, de 2021<sup>9</sup>.

No caso em exame, observa-se que o princípio do parcelamento não foi aplicado. Fundamentou-se que o fornecedor único (agrupamento do objeto) é necessário por questões operacionais inerentes à contratação (item 7). Adicionalmente, esclarece-se que a formação de lote único para adjudicação global parece ser a modelagem mais adequada ao caso, posto que os itens têm estreita relação entre si (emissão de passagens e realização de traslado), sendo interessante a realização deles pela mesma contratada.

De acordo como do artigo 18 da Lei nº 14.133, de 2021, a fase preparatória da licitação deve compatibilizar-se com o Plano de Contratações Anual - PCA<sup>10</sup>.

É certo que o administrador público deve demonstrar que a contratação pretendida está alinhada aos instrumentos e às diretrizes definidas no normativo acima citado.

Na espécie, a Administração informou que a demanda está devidamente contemplada no PCA dos órgãos (item 9).

Assim, opina pela regularidade o ETP. Contudo, recomenda-se reavaliar o prazo de vigência da contratação. No item 1.2, foi estipulado o prazo de vigência de 12 meses; contudo, entende-se que esse prazo poderia ser menor, para abranger apenas o tempo necessário para a execução do objeto (deslocamentos e duração do curso), liquidação e pagamento. Sugere-se o prazo de apenas 6 meses, contados da assinatura do contrato. Aliado a isso, sugere-se admitir a prorrogação da contratação mediante motivação (item 2.2.2). Essa sugestão, entretanto, não tem efeito vinculante, constituindo em mera contribuição para avaliação da área demandante.

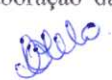
### **III.2.3. Do Mapa de Gerenciamento de Riscos - MGR**

No presente caso, foi juntado aos autos o Mapa de Gerenciamento de Riscos – MGR (folha 148 a 153), o que atende ao art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133, de 2021, e o art. 24 do Decreto Municipal nº 45, de 2024, em observância ao Decreto Municipal nº 178, de 2023.

Recomenda-se alterar o MGR quanto ao risco 8, execução em desacordo com o contrato. Inobstante a aplicação de eventual penalidade ao contratado envolva a atuação da área jurídica, mais especificamente da comissão do Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedor - PAF, a decisão sobre a aplicação

<sup>9</sup> Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte: [...] V - atendimento aos princípios: a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho; b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso; c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento. [...]

<sup>10</sup> Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte: [...] VII - a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias.



da penalidade compete aos gestores do contrato e/ou ao Secretário da Pasta. Recomenda-se alteração para constar como responsável o gestor do contrato.

### III.2.4. Do Termo de Referência - TR

Por sua vez, o Termo de Referência – TR (folha 121 a 129) deve contemplar as exigências do artigo 6º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2022. Em se tratando de compras, deve conter também as informações do §1º do art. 40 do mesmo diploma legal. Do mesmo modo, em se tratado de serviço, há que se observar as disposições do art. 47 da mesma norma.

Não perca de vista que o Decreto Municipal nº 45, de 2024, descreve, em seu art. 3º, inciso XXXIV, que o TR é o *artefato de planejamento, documento que contém o conjunto de parâmetros e elementos descritivos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da contratação e que possibilita a avaliação do custo pela Administração, bem como a definição da estratégia de suprimento, dos métodos e do prazo de execução.*

Ademais, o Decreto Municipal nº 45, de 2024, prevê, nos seus arts. 25 e seguintes, as regras sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, devendo a Administração cuidar para que as exigências ali estabelecidas sejam atendidas no caso concreto.

Pela análise do art. 6º, inciso XXIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, pode ser verificar a necessidade de preenchimento os elementos descritivos abaixo representados:

| DESCRIPTIVO   | Atende plenamente a exigência? | Local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. ) |
|---|--------------------------------|--|
| 1. Definição do objeto, incluídos sua natureza, os quantitativos, prazo.  | Sim                            | Item 1, do TR  |
| 1.1. Especificação do objeto (art. 40, §1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021)                                      | Sim                            | Item 1, do TR  |
| 2. Fundamentação da contratação   | Sim                            | Item 2 do TR   |
| 3. Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto  | Sim                            | Item 3 do TR   |
| 4. Requisitos da contratação  | Sim                            | Item 4   |
| 5. Modelo de execução do objeto   | Sim                            | Item 5 do TR   |
| 6. Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade | Sim                            | Item 6 do TR   |
| 7. Critérios de medição e de pagamento  | Sim                            | Item 7 do TR   |
| 8. Forma e critérios de seleção do fornecedor   | Sim                            | Item 8 do TR   |

*WU*

| DESCRITIVO                             | Atende plenamente a exigência? | Local do processo em que foi atendida a exigência (doc. / fls. ) |
|--|--------------------------------|--|
| 9. Estimativas do valor da contratação | Sim                            | Item 9 do TR   |
| 10. Adequação orçamentária             | Sim                            | Item 10 do TR  |

O Termo de Referência encontra-se completo e não demanda ajustes importantes.

Contudo, sugere-se reavaliar o prazo de vigência da contratação. No item 1.4, foi estipulado o prazo de vigência de 12 meses; contudo, entende-se que esse prazo poderia ser menor, para abranger apenas o tempo necessário para a execução do objeto (deslocamentos e duração do curso), liquidação e pagamento. Sugere-se o prazo de apenas 6 meses, contados da assinatura do contrato. Aliado a isso, sugere-se admitir a prorrogação da contratação mediante motivação. Essa sugestão, entretanto, não tem efeito vinculante, constituindo em mera contribuição para avaliação da área demandante.

Adicionalmente, recomenda-se estipular um prazo limite para envio das passagens aéreas, bilhetes eletrônicos e voucher, considerando a data do curso (28 a 30 de julho). Desse modo, reavaliar a previsão do item 5.2.2.

### **III.2.5. Do orçamento estimado e da pesquisa de preços**

No presente caso, foi realizada a estimativa do valor da contratação, com indicação da observância dos parâmetros previstos no art. 23, §1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e no art. 5º, do Decreto Municipal nº 1.194, de 2022, materializada em documento que busca observar as exigências dos regulamentos municipais, inclusive no que tange à priorização dos parâmetros indicados.

Importante destacar que o orçamento estimado da contratação é tratado no artigo 23 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo que, para compras, devem ser observados os parâmetros previstos em seu §1º:

Art. 23 [...]

§1º No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:

I – composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);



II – contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;

III – utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

IV – pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;

V – pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

Não perca de vista que, além das regras previstas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, também devem ser observadas, no Município de Itumbiara: (i) as normas do Decreto Municipal nº 1.194, de 2022<sup>11</sup>, para bens e serviços em geral; e (ii) as normas do Decreto Municipal nº 1.197, de 2022<sup>12</sup>, para obras e serviços de engenharia.

Segundo o §1º do art. 5º do Decreto Municipal nº 1.194, de 2022, devem ser priorizados o banco de preços e contratos similares feitos com a administração pública, devendo o agente responsável, em caso de impossibilidade, apresentar justificativa nos autos.

*Ainda sobre o tema, a pesquisa de preços para bens e serviços deve ser realizada pela equipe técnica própria, devidamente nomeada entre os servidores efetivos do Município, em respeito ao princípio da segregação de funções, consoante prevê a Portaria nº 180, de 2024.*

Constata-se que foi realizada pesquisa de preços por meio de consulta a fornecedores (folhas 50 a 113) e foi identificado o valor médio dos itens previsto na

<sup>11</sup> O Decreto Municipal nº 1.194, de 2022, regulamenta o art. 23, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para a pesquisa de preços para contratações de bens e serviços comuns, que pode ser acessado no seguinte [link](https://leismunicipais.com.br/a/go/i/itumbiara/decreto/2022/120/1194/decreto-n-1194-2022-dispoe-sobre-o-procedimento-administrativo-para-realizacao-de-pesquisa-de-precos-na-aquisicao-de-bens-e-contratacao-de-servicos-em-geral-no-ambito-do-municipio-de-itumbiara-estado-de-goias?q=1194): <https://leismunicipais.com.br/a/go/i/itumbiara/decreto/2022/120/1194/decreto-n-1194-2022-dispoe-sobre-o-procedimento-administrativo-para-realizacao-de-pesquisa-de-precos-na-aquisicao-de-bens-e-contratacao-de-servicos-em-geral-no-ambito-do-municipio-de-itumbiara-estado-de-goias?q=1194>.

<sup>12</sup> BRASIL. Decreto Municipal nº 1.194, de 2022. Dispõe sobre o procedimento administrativo para realização de pesquisa de preços na aquisição de bens e contratação de serviços em geral no âmbito do Município de Itumbiara, Estado de Goiás. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/go/i/itumbiara/decreto/2022/120/1194/decreto-n-1194-2022-dispoe-sobre-o-procedimento-administrativo-para-realizacao-de-pesquisa-de-precos-na-aquisicao-de-bens-e-contratacao-de-servicos-em-geral-no-ambito-do-municipio-de-itumbiara-estado-de-goias?q=1194>.



*contratação. Justificou-se o afastamento do fontes de preços sob alegação de que não foram encontrados valores, consoante Relatório Descritivo do Orçamento (folhas 142 a 147). Do mesmo modo quanto a busca por contratações similares, especialmente ata de registro de preços.*

### **III.2.6. Do edital**

Neste ponto, há de destacar que a minuta de edital (folhas 169/193) foi juntada aos autos e reúne cláusulas e condições essenciais exigidas nos instrumentos da espécie.

Por sua vez, o artigo 25 da Lei nº 14.133, de 2021, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de edital, tendo seu §1º expressamente autorizado a utilização de minutas padronizadas, nas situações em que o objeto assim permitir.

Observa-se que a minuta segue o modelo elaborado por este órgão de assessoramento jurídico e encaminhado ao departamento de licitações e contratações.

Ademais, não houve alterações efetuadas pelo departamento de licitações em relação ao modelo elaborado pela PGM.

É que, conforme já tratado neste parecer, a padronização de modelos de documentos da fase interna da licitação constitui medida de eficiência e celeridade administrativa, que encontra previsão no art. 19, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

*Contudo, sugere-se reavaliar o prazo de vigência da contratação. No item 9.2, foi estipulado o prazo de vigência de 12 meses; contudo, entende-se que esse prazo poderia ser menor, para abranger apenas o tempo necessário para a execução do objeto (deslocamentos e duração do curso), liquidação e pagamento. Sugere-se o prazo de apenas 6 meses, contados da assinatura do contrato. Aliado a isso, sugere-se admitir a prorrogação da contratação mediante motivação. Essa sugestão, entretanto, não tem efeito vinculante, constituindo em mera contribuição para avaliação da área demandante.*

### **III.2.7. Minuta do contrato**

O artigo 92 da Lei Federal nº 14.133, de 2021<sup>13</sup>, trata dos requisitos a serem observados por ocasião da elaboração da minuta de termo de contrato, sendo

<sup>13</sup> Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 92: “São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam: I - o objeto e seus elementos característicos; II - a vinculação ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor ou ao ato que tiver autorizado a contratação direta e à respectiva proposta; III - a legislação aplicável à execução do contrato, inclusive quanto aos casos omissos; IV - o regime de execução ou a forma de fornecimento; V - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento; VI - os critérios e a periodicidade da medição, quando for o caso, e o prazo para liquidação e para pagamento; VII - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso; VIII - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da

que o artigo 25, seu §1º<sup>14</sup>, expressamente autoriza a utilização de minuta padronizada de termo de contrato, nas situações em que o objeto assim permitir.

No presente caso, foi utilizada a minuta de contrato padronizada pelo órgão de assessoramento jurídico do Município, com a inclusão das necessidades apresentadas pelo órgão demandante.

Por fim, sugere-se reavaliar o prazo de vigência da contratação. Na Cláusula 2.1, foi estipulado o prazo de vigência de 12 meses; contudo, entende-se que esse prazo poderia ser menor, para abranger apenas o tempo necessário para a execução do objeto (deslocamentos e duração do curso), liquidação e pagamento. Sugere-se o prazo de apenas 6 meses, contados da assinatura do contrato. Aliado a isso, sugere-se admitir a prorrogação da contratação mediante motivação. Essa sugestão, entretanto, não tem efeito vinculante, constituindo em mera contribuição para avaliação da área demandante.

### **III.2.8. Da publicidade do instrumento convocatório e anexos**

Destaca-se ainda que é obrigatória a divulgação e a manutenção do inteiro teor do instrumento convocatório e dos seus anexos, incluído o termo de contrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no Portal da Transparência, bem como a publicação de extrato de convocação no Diário Oficial do Município - DOM, conforme determinam os art. 54, *caput* e §1º, e art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como o art. 103 do Decreto Municipal nº 45, de 2024.

Não perca de vista que a IN nº 12, de 2018, do TCM, prevê, em seu art. 3º, inciso I, alínea “b”, que *deverão ser enviados e homologados via plataforma COLARE ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás, em até 3 (três) dias úteis a contar da publicação oficial, os dados dos layouts das dispensas.*

Neste ponto, o art. 103 do Decreto Municipal nº 45, de 2024, determina que a publicidade do instrumento convocatório será realizada, obrigatoriamente, mediante:

- I – a publicação do extrato do edital:
  - a) no Diário Oficial do Município – DOM;

categoria econômica; IX - a matriz de risco, quando for o caso; X - o prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços, quando for o caso; XI - o prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso; XII - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas, inclusive as que forem oferecidas pelo contratado no caso de antecipação de valores a título de pagamento; XIII - o prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso; XIV - os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo; XV - as condições de importação e a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso; XVI - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta; XVII - a obrigação de o contratado cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz; XVIII - o modelo de gestão do contrato, observados os requisitos definidos em regulamento; XIX - os casos de extinção”.

<sup>14</sup> Lei Federal nº 14.133, de 2021, art. 25, §1º: “Sempre que o objeto permitir, a Administração adotará minutas padronizadas de edital e de contrato com cláusulas uniformes”.



- b) no Diário Oficial do Estado – DOE;
- c) no Diário Oficial da União – DOU; e
- d) em jornal diário de grande circulação.

II – no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da publicação oficial, o envio e homologação via plataforma no Sistema *Colare* ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás – TCM/GO, em até 3 (três) dias úteis, a contar da publicação oficial, dos dados dos *layouts* da publicação dos extratos de contratos e termos aditivos;

III – a disponibilização:

- a) no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, do inteiro teor dos instrumentos contratuais e de seus anexos;
- b) no sítio eletrônico oficial do Município de Itumbiara ([www.itumbiara.go.gov.br](http://www.itumbiara.go.gov.br)) e no Portal da Transparência do Município, do inteiro teor dos instrumentos contratuais e de seus anexos, bem como das informações complementares exigidas nos §§ 2º e 3º, do art. 94, da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
- c) diretamente aos interessados devidamente cadastrados para esse fim, de forma facultativa.

### **III.2.9. Designação de agentes de contratação**

Neste ponto, impende destacar que devem ser juntados aos autos os atos administrativos de designação dos agentes de contratação, do gestor e dos fiscais de contratos, apresentando-se, o processo, regular nesse aspecto, conforme disciplinamento dos arts. 7º e 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Importante alertar ao órgão responsável que se assegure quanto às vedações estabelecidas no ordenamento jurídico, bem como para que atente às regras de atuação do agente de contratação e da equipe de apoio, e do funcionamento da comissão de contratação, constantes do Decreto Municipal nº 1.196, de 2022<sup>15</sup> (em consonância com a Instrução Normativa nº 9, de 2014, do TCM/GO<sup>16</sup>), bem como às

<sup>15</sup> BRASIL. Decreto Municipal nº 1.196, de 2022. Regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, para dispor sobre as regras para a atuação do agente de contratação e da equipe de apoio e o funcionamento da comissão de contratação, no âmbito da administração pública municipal, direta e indireta. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/go/i/itumbiara/decreto/2022/120/1196/decreto-n-1196-2022-regulamenta-o-disposto-no-3-do-art-8-da-lei-federal-n-14133-de-2021-para-dispor-sobre-as-regras-para-a-atuacao-do-agente-de-contratacao-e-da-equipe-de-apoio-e-o-funcionamento-da-comissao-de-contratacao-no-ambito-da-administracao-publica-municipal-direta-e-indireta?q=1196>.

<sup>16</sup> BRASIL. Instrução Normativa nº 9, de 2014, do TCM/GO. Orienta os municípios goianos sobre os procedimentos para a formalização do ato de nomeação da comissão de licitação e da designação do pregoeiro e da equipe de apoio, no sentido de dar preferência aos servidores pertencentes ao quadro efetivo da Administração. Disponível em: <https://www.tcmgo.tc.br/site/wp-content/uploads/2017/08/IN009-2014.pdf>.



regras sobre a atuação dos gestores e fiscais de contratos, instituídas pelo Decreto Municipal nº 1.057, de 2022<sup>17</sup>.

No caso concreto, os documentos que integram o planejamento da contratação apontam para o atendimento às regras citadas acima, sendo conveniente ressaltar que a equipe de planejamento preencheu os artefatos de planejamento, a equipe de cotação (formada por servidores efetivos) realizou a pesquisa de preço no mercado e o pregoeiro (dentre os agentes de contratação indicados entre os servidores efetivos do Município) realizará os atos de contratação.

Ademais, verifica-se que foram juntados os atos administrativos de nomeação: (i) do ordenador de despesas; (ii) da comissão de licitação, (iii) gestor e fiscal de contratos e atas.

#### IV. CONCLUSÃO

Em face do exposto, **opina-se**, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos, o juízo de conveniência e oportunidade e os cálculos matemáticos, pela **juridicidade do procedimento**, uma vez que foram atendidos os pressupostos legais da Lei nº 14.133/2021 e das normas municipais e, conseqüentemente, pelo prosseguimento do feito, **desde que atendidas as seguintes recomendações:**

1. No MGR:

1.1 Recomenda-se alterar o MGR quanto ao risco 8, execução em desacordo com o contrato. Inobstante a aplicação de eventual penalidade ao contratado envolva a atuação da área jurídica, mais especificamente da comissão do Processo Administrativo de Responsabilização de Fornecedor - PAF, a decisão sobre a aplicação da penalidade compete aos gestores do contrato e/ou ao Secretário da Pasta. Recomenda-se alteração para consta como responsável o gestor do contrato.

2. No ETP:

2.1. Recomenda-se reavaliar o prazo de vigência da contratação. No item 1.2, foi estipulado o prazo de vigência de 12 meses; contudo, entende-se que esse prazo poderia ser menor, para abranger apenas o tempo necessário para a execução do objeto (deslocamentos e duração do curso), liquidação e pagamento. Sugere-se o prazo de apenas 6 meses, contados da assinatura do contrato. Aliado a isso, sugere-se admitir a prorrogação da contratação mediante motivação (item 2.2.2). Essa sugestão, entretanto, não tem efeito vinculante, constituindo em mera contribuição para avaliação da área demandante.

3. No TR:

<sup>17</sup> BRASIL. Decreto Municipal nº 1.057, de 2022. Regulamenta a atuação dos gestores e fiscais de contratos dos órgãos e das entidades da Administração Pública Municipal, a fim de acompanharem e fiscalizarem a execução de contratos firmados com o Município de Itumbiara. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/go/i/itumbiara/decreto/2022/106/1057/decreto-n-1057-2022-regulamenta-a-atuacao-dos-gestores-e-fiscais-de-contratos-dos-orgaos-e-das-entidades-da-administracao-publica-municipal-a-fim-de-acompanharem-e-fiscalizarem-a-execucao-de-contratos-firmados-com-o-municipio-de-itumbiara?q=1057>.

3.1 Sugere-se reavaliar o prazo de vigência da contratação. No item 1.4, foi estipulado o prazo de vigência de 12 meses; contudo, entende-se que esse prazo poderia ser menor, para abranger apenas o tempo necessário para a execução do objeto (deslocamentos e duração do curso), liquidação e pagamento. Sugere-se o prazo de apenas 6 meses, contados da assinatura do contrato. Aliado a isso, sugere-se admitir a prorrogação da contratação mediante motivação. Essa sugestão, entretanto, não tem efeito vinculante, constituindo em mera contribuição para avaliação da área demandante.

3.2 Recomenda-se estipular um prazo limite para envio das passagens áreas, bilhetes eletrônicos e voucher, considerando a data do curso (28 a 30 de julho). Desse modo, reavaliar a previsão do item 5.2.2.

4. Na minuta de edital:

4.1 Sugere-se reavaliar o prazo de vigência da contratação. No item 9.2, foi estipulado o prazo de vigência de 12 meses; contudo, entende-se que esse prazo poderia ser menor, para abranger apenas o tempo necessário para a execução do objeto (deslocamentos e duração do curso), liquidação e pagamento. Sugere-se o prazo de apenas 6 meses, contados da assinatura do contrato. Aliado a isso, sugere-se admitir a prorrogação da contratação mediante motivação. Essa sugestão, entretanto, não tem efeito vinculante, constituindo em mera contribuição para avaliação da área demandante.

5. Na minuta de contrato:

5.1 Sugere-se reavaliar o prazo de vigência da contratação. Na Cláusula 2.1, foi estipulado o prazo de vigência de 12 meses; contudo, entende-se que esse prazo poderia ser menor, para abranger apenas o tempo necessário para a execução do objeto (deslocamentos e duração do curso), liquidação e pagamento. Sugere-se o prazo de apenas 6 meses, contados da assinatura do contrato. Aliado a isso, sugere-se admitir a prorrogação da contratação mediante motivação. Essa sugestão, entretanto, não tem efeito vinculante, constituindo em mera contribuição para avaliação da área demandante.

Convém ressaltar que possíveis alterações promovidas no Estudo Técnico Preliminar, Termo de Referência, minuta de Edital e/ou na minuta de Contrato e demais documentos, a partir das considerações apostas neste Parecer, devem ser harmonizadas entre si, não sendo permitidas inconformidades, sendo necessário corrigir o que for pertinente.

Esse é, *smj*, o parecer.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE ITUMBIARA, Estado de Goiás, aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis.

  
**VALÉRIA PEREIRA DE MELO**  
Procuradora do Município